

REPRESSÃO AO PARLAMENTO: AS CASSAÇÕES DE MANDATOS DOS ARENISTAS PARAIBANOS EM 1969

Dmitri da Silva Bichara Sobreira*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de cassação do mandato e dos direitos políticos dos membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), secção Paraíba, ocorrida no ano de 1969. A ARENA foi um partido político criado pela ditadura de 1964, que congregava todos os seus apoiadores, sendo o responsável por representar os interesses do regime nas instituições públicas. Através das atas do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e do que era veiculado nos jornais que circulavam na Paraíba, buscaremos analisar os motivos que levaram a ditadura a expurgar membros de sua base aliada, apreendendo, tanto a atuação desses nas instituições públicas, quanto suas trajetórias na organização interna do partido.

Palavras-chave: ARENA; cassação; Paraíba

REPRESSION TO PARLIAMENT: THE REVOCATION OF ARENISTAS' LEGITIMACIES IN PARAÍBA DURING 1969

This paper aims to analyze the revocation process of *Aliança Nacional Renovadora* (National Renewal Alliance – ARENA, in Portuguese acronym) members' legitimacies and political rights in Paraíba during 1969. ARENA was a political party created by the 1964 dictatorship's supporters and used to represent the interests of the regime in public institutions. Through the minutes of the *Conselho de Segurança Nacional* (National Security Council – CSN, in Portuguese acronym) and using what was published in the newspapers circulating in Paraíba, we will analyze the reasons that led the dictatorship to expel members from its allied base, apprehending both their performance in public institutions and their trajectories in the party's internal organization.

Keywords: ARENA; revocation; Paraíba.

* Doutorando em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dmitri_Bichara@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a sua vigência, a ditadura instaurada após o golpe deflagrado em 1964 procurou dialogar com as instituições democráticas liberais, como é possível perceber nos trabalhos de historiadores e cientistas sociais que realizaram ou vem realizando pesquisas sobre o período¹²⁷. Esse esforço por parte do governo autoritário tem como justificativa o alinhamento político daquele regime com as principais potências capitalistas e liberais do mundo ocidental. No auge da Guerra Fria, a derrubada do presidente João Goulart, o *Jango*, organizada por grupos civis e militares, tem como uma de suas principais explicações o medo das direitas conservadoras de que houvesse uma revolução comunista no país, nos moldes da ocorrida em Cuba em 1959. Além disso, parte do anticomunismo brasileiro que motivou um golpe de Estado tinha como patrocinador e influenciador intelectual os Estados Unidos, autodenominada principal democracia liberal, contra União Soviética, maior potência comunista do planeta¹²⁸.

Contudo, a relação da ditadura com as instituições liberais não foi feita de forma integral: o Congresso continuou funcionando, mas com suas atribuições limitadas pelos Atos Institucionais (AI), mutilado por constantes cassações de mandatos e sempre que se tornava um entrave para os interesses do regime era fechado; apenas parte dos cargos eletivos continuaram a ser escolhido por meio de eleições livres e diretas, funções como presidente, governador e prefeito das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional, eram escolhidos de forma indireta; e as instituições partidárias, apesar de continuarem a existir, foram adaptadas a um limitado e artificial sistema bipartidário, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), encarregada de dar sustentação ao regime autoritário no parlamento, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que desempenhou a função de oposição consentida e controlada pela ditadura.

¹²⁷ ALVES, M^a Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2004. FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

¹²⁸ Sobre o anticomunismo vale ressaltar a pesquisa de Motta (2002), na qual o historiador aborda a formação desse imaginário político no Brasil, através de suas matrizes (catolicismo, liberalismo e nacionalismo). Mesmo sendo um fenômeno constante ao longo do século XX, o autor destaca duas grandes “ondas” anticomunistas, momentos históricos de crise no qual o imaginário ganhou mais difusão na sociedade: a ditadura do Estado Novo, nas décadas de 1930 e 1940, e o governo de João Goulart, na década de 1960. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: perspectiva, 2002.

Sob a luz dessa premissa, esse artigo irá discutir as cassações dos mandatos parlamentares dos membros da ARENA paraibana ocorridas no ano de 1969, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decreto autoritário baixado pelo governo federal que limitava ainda mais a atuação das instituições públicas e intensificava os mecanismos de repressão política utilizados pela ditadura. Nosso argumento é o de que os expurgos aos *arenistas* realizados após o AI-5 é resultado da quebra do diálogo estabelecido entre a ditadura e as instituições liberais. Essa ruptura representava que o governo não precisava mais do parlamento para legitimar o regime autoritário e que figuras públicas, até então toleradas pelo regime em função das injunções políticas dos primeiros anos de ditadura, não seriam mais aceitas pelo governo.

Nossa escolha em verticalizar a análise sobre os *arenistas* da Paraíba ocorre em função de pesquisa em desenvolvimento sobre a legenda nesse estado. O estudo da ARENA em seus recortes regionais tem mostrado a complexidade da relação entre o regime autoritário e seu partido, motivada por interesses e necessidades específicos, frutos da conjuntura política de cada região do país. Contudo, ao realizarmos problematizações como essa, não significa relativizar, tampouco negar, o apoio prestado pela ARENA e seus membros à ditadura. Nossa motivação é compreender a pluralidade de intensões e interesses na adesão de membros da classe política ao regime autoritário, apreendendo os projetos políticos, valores e ideologias partilhados por esses indivíduos.

Para a elaboração desse texto utilizamos como fontes primárias as atas do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão consultivo da presidência da República para assuntos que envolvem a segurança nacional. Além do presidente, o CSN era composto por membros das Forças Armadas brasileiras. Durante a ditadura, em suas reuniões, foram utilizadas informações colhidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão criado imediatamente após o golpe civil-militar de 1964. De acordo com Carlos Fico, o SNI era um órgão central do Sistema Nacional e Informações (SISNI), e sua competência era coordenar as atividades de informações de todo o território nacional¹²⁹. Nas atas do CSN que serão analisadas nesse texto, constam informações sobre pessoas e instituições públicas e privadas, inclusive políticos, colhidas por esse órgão através de outros, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE) ou em

¹²⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Inquéritos Policiais Militares (IPM). Nelas constam os motivos que levaram tais indivíduos a serem perseguidos, como sua conduta em cargos públicos e participação ou vinculação a eventos ou instituições consideradas “subversivas”.

Outra fonte utilizada são os jornais que circulavam na época da ditadura na Paraíba. Foram selecionados o *A União*, periódico oficial do Estado; *O Norte* e o *Diário da Borborema*, vinculados ao grupo de comunicação *Diários Associados*, fundado por Assis Chateaubriand; e o *Correio da Paraíba*, propriedade do deputado federal da ARENA-PB, Teotônio Neto. De acordo com Francisco Weffott, “*Os jornais não são partidos. Mas como se parecem às vezes!*”¹³⁰, e nesse sentido o historiador precisa ficar atento aos interesses e às ideologias das quais cada periódico busca expressar em suas notícias, editoriais, colunas de opinião ou em charges e caricaturas veiculadas em suas páginas.

Assim, seguindo o argumento descrito e as fontes apresentadas, nosso texto se divide em três partes: numa primeira parte discutiremos, através das atas do CSN, os motivos que levaram o regime a cassar os direitos políticos dos membros da ARENA, compreendendo sua atuação parlamentar ao longo da ditadura e antes do golpe de 1964; e na segunda parte, analisaremos, através do que era veiculado na imprensa local, a atuação dos *arenistas* cassados em 1969 dentro do partido, percebendo suas aproximações e afastamentos em relação aos dirigentes da ARENA e ao governo federal.

CASSAÇÕES DOS ARENISTAS: ANÁLISE DAS ATAS DO CSN

Após o AI-5, o regime autoritário fechou o cerco sobre as instituições públicas, a severidade da repressão foi tamanha que atingiu grupos e indivíduos institucionalmente ligados à ditadura. Na Paraíba, foram cassados os mandatos de dez políticos, sendo cinco pelo MDB: Ronaldo Cunha Lima, deputado estadual, recém-eleito prefeito de Campina Grande; Osmar Aquino, deputado federal; Vital do Rêgo, deputado federal, filiado à ARENA entre 1966 e 1968; e Mário Silveira e José Maranhão, deputados estaduais. Na ARENA foram cassados: Pedro Gondim, deputado federal; e Sílvio Pôrto, Francisco Souto, Róbson Espínola e Romeu Abrantes, deputados estaduais. Nossa discussão fontes para análise neste tópico é a ata de número 46 do CSN produzida no ano de 1969.

¹³⁰ WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? In: *Lua Nova*. São Paulo, nº2, 1984, p. 37.

Nossa análise do processo de cassação dos *arenistas*, começa por Pedro Gondim. Um das principais personalidades políticas do estado na segunda metade do século XX, Gondim foi deputado estadual, vice-governador, governador e deputado federal, foi filiado ao Partido Social Democrático (PSD), ao Partido Democrático Cristão (PDC) e à ARENA. No partido da ditadura, constituiu ala interna junto a seus correligionários, pautando seus valores, ideologias e interesses frente ao regime e aos demais grupos que compunham a ARENA. No seu processo de cassação, constam ações em dois períodos de sua atuação política: enquanto foi governador do Estado, entre 1961 e 1965, e quando foi deputado federal na legislatura iniciada em 1967. No primeiro momento figuram as seguintes atividades: desvio de verbas da Comissão do Centenário de Campina Grande; relação com movimentos considerados subversivos no meio camponês (citação da “tragédia de Marí”¹³¹), criação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR)¹³² e distribuição da “cartilha popular”, apoio às reformas de base elaboradas por João Goulart e crítica ao Exército em função de sua intervenção nos conflitos na zona rural¹³³.

No segundo momento constam discursos e atividades no Congresso Nacional durante a ditadura: protestou contra a saída forçada de cientistas do país; defendeu o mandato de deputados comunistas; criticou a forma como o governo federal distribuiu as verbas para a educação; protestou contra a reforma administrativa do governo, na qual foram prejudicados os produtores de sisal da Paraíba; criticou a proposta do governo de enquadrar novos municípios como Zonas de Segurança Nacional; criticou a censura imposta pelo regime ao teatro; criticou o projeto do governo para regulamentação das sublegendas; protestou contra a ação do regime em relação às manifestações estudantis, posicionando-se favorável à concessão de anistia aos membros do movimento estudantil envolvidos em confrontos com a Polícia¹³⁴. Por fim, há um extrato de seu prontuário no SNI, no qual Pedro Gondim é considerado:

Corrupto e corruptor. - Subversivo, ligado aos comunistas e atuante nas Ligas Camponesas. – Quando Governador da Paraíba, sempre apoiou os vermelhos mas nunca apoiou a Revolução; apenas acomodou-se e aderiu a mesma para não ser

¹³¹ Conflito ocorrido na cidade de Marí, localizada na zona da várzea do Rio Paraíba, entre camponeses e indivíduos ligados aos latifundiários da região.

¹³² A CEPLAR foi uma organização educacional fundada pela Juventude Universitária Católica (JUC), que contava com apoio financeiro do governo do Estado da Paraíba e colaboração de setores da Igreja Católica. Atuava na alfabetização da classe trabalhadora utilizando-se de método Paulo Freire.

¹³³ Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

¹³⁴ *Ibidem*.

cassado. - Fez inúmeras nomeações de comunistas, corruptos e anti-revolucionários. - Tentou fazer desaparecer todo o arquivo do Departamento dos Serviços Elétricos da Capital (DSEC), para encobrir irregularidades praticadas no seu governo. - Conseguiu que o Legislativo Paraibano convertesse em Lei a criação de um "Corpo de Inspectores Fiscais", com seis cargos bem remunerados, permitindo gratificações desonestas a esses inspetores, que agiram em vários municípios. - O final do seu governo marcou uma corrupção desenfreada, com milhares de nomeações e a utilização de automóveis, caminhões e até aviões do Estado em campanha política.

[...] Deu integral apoio às Ligas Camponesas e ao Partido Comunista, chegando a manter uma conferência com LUIZ CARLOS PRESTES, no Palácio do Governo, de madrugada (SNI). - Em 19 de maio de 1962, compareceu ao comício do Dia do Trabalhador, que nada mais foi que uma verdadeira festa comunista (SNI). - Logo após a Revolução de 64, foi indiciado em IPM por desvio de verbas da Comissão do Centenário de Campina Grande. - Em 1965 - Nomeou o bacharel AGNELO AMORIM SOBRINHO, ex-tesoureiro do PCB de Campina Grande, para o cargo de Promotor Público da Comarca de Bonito da Santa Fe (SNI). Ainda em 1965, nomeou, como funcionários do Estado, da Paraíba, vários comunistas, corruptos, parentes seus e um ex-funcionário do DCT demitido anteriormente, a bem do serviço público. Em 1966 Recebeu no Palácio do Governo alguns líderes comunistas, destacando-se entre eles o conhecido e perigoso agitador das Ligas Camponesas PEDRO FAZENDEIRO. Recebeu, também, no Palácio, com homenagens, dez estudantes russos e a mãe de CHE GUEVARA. Em 1968 Como deputado da ARENA, votou contra a orientação do Partido Governista, nos seguintes projetos de interesse do Governo Revolucionário: Projeto das sublegendas; Anistia para estudantes e trabalhadores; licença para processar o ex-deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES¹³⁵.

Ainda na parte da ata em que consta seu processo, há uma fala do próprio presidente Costa e Silva, na qual ele relata que, investigando as ações de Pedro Gondim, foi à Paraíba com mais dois oficiais do Exército e assistiram um comício do então governador com João Goulart. Costa e Silva relata que a fala de Gondim foi feita: “[...] *nos mesmos termos dos comunistas*”¹³⁶.

O segundo político a ser analisado seu processo de cassação é Vital do Rêgo. Membro da UDN na ocasião do golpe de 1964, apesar de, na época de sua cassação, pertencer aos quadros da oposição, Vital permaneceu a ARENA da fundação do partido, em 1966, até 1968, quando mudou para a oposição para candidatar-se a prefeitura de Campina Grande. Essas trocas partidárias, inclusive, geraram comentários do ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva durante a avaliação de seu processo pelo CSN: “[...] *é um homem à mercê das injunções do momento*”¹³⁷. Sua ata também se divide em dois momentos, no primeiro, quando atuou como deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), entre os anos de 1962 a 1966,

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ *Ibidem.*

¹³⁷ *Ibidem.*

constam as seguintes atividades: foi orador na direção dos trabalhos de conferências de caráter comunista em universidades paraibanas e no Congresso Nacional de Solidariedade a Cuba¹³⁸.

Num segundo momento, quando atuou como deputado federal em mandato iniciado em 1967, são destacados os seguintes discursos proferidos na Câmara dos deputados: criticou a postura do Executivo federal em relação ao Legislativo; protestou contra atitudes autoritárias do comandante da guarnição do Exército de Campina Grande; defendeu o chamado “clero progressista”, lendo a carta considerada subversiva, escrita pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires; protestou contra a cassação de deputados comunistas feita pelo poder Judiciário; fazendo análise do movimento estudantil, declarou-se favorável às suas reclamações, inclusive criticando o convenio MEC-USAID; ao falar da crise estudantil, leu manifesto da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) na tribuna da Câmara. Na ata, constam ainda menções sobre os processos que Vital do Rêgo respondeu ao longo da ditadura: Inquérito Policial Militar (IPM) de 1961, o qual solicita licença à Assembleia Legislativa para processá-lo em virtude da posse de uma arma de guerra (um mosquetão 1908); IPM de julho de 1964 sobre desvio de verbas do centenário de Campina Grande no qual também estava envolvido Pedro Gondim, seu sogro; fraude eleitoral cometida por Vital, que foi confirmada pelo TRE-PB em 1967¹³⁹. Por fim, há um extrato do seu prontuário no SNI:

É oportunista, comunista e agitador muito atuante. - Corrupto e corruptor. - Transmitiu orientação comunista a estudantes de escolas superiores na Paraíba. - Pertence ao grupo político do ex-governador Pedro Gondim, de quem é genro e utiliza-se do mandato de deputado para usufruir benefícios pessoais e gozar das suas imunidades. Em abril de 1962 desenvolveu intensa atuação comunista nos meios estudantis da Paraíba e, juntamente com outros elementos extremistas, induziu populares a promoverem agitações (SNI). – Participou de uma conferência com Luiz Carlos Prestes e Pedro Gondim, no Palácio do Governo da Paraíba. – Em 1961 - Representando o Governador do Estado, presidiu a I Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas, da Paraíba, na qual foi lida uma mensagem de Francisco Julião, aos camponeses (CENIMAR) - Em Mar 63 - Participou do Congresso Nacional de Solidariedade a Cuba (CENIMAR) - Em Abr 64 – Foi preso e remetido a Fernando de Noronha, juntamente com os principais comunistas do Nordeste (CIE). Em Jul 64 - Foi enquadrado no Código Penal, como corrupto, incurso em crimes de peculato, emprego irregular de verbas, malversação de dinheiros públicos e danos ao patrimônio estadual (SNI). Em Jan 66 - Foi acusado publicamente, de haver sido reeleito graças à prática de fraude na contagem de votos, como reconheceu, unanimemente, o Tribunal Regional Eleitoral (SNI). [...] Em dez 67 – votou contra a orientação partidária do Governo, pleiteando o restabelecimento de eleições diretas (SNI). Em Fev 68 – Fez severas críticas à Política do Ministério da Educação (SNI). Em Abr 68 – Fez críticas ao Governo, no caso dos municípios de interesse da

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

Segurança Nacional, votando contra o projeto e conclamando os demais parlamentares a uma enérgica reação (SNI). Em Set 68 - Passou para o MDB para melhor situar-se na política do seu Estado e para concorrer a eleição para a Prefeitura de Campina Grande (SNI), Em Set 68 - O SNI anotou a informação de que o Deputado Vital do Rego vem utilizando a JAMESA, autarquia dirigida por seu pai, em benefício de sua campanha política. - Em Out 68 - "Foi candidato a Prefeito, agora pelo MDB. Era candidato pela ARENA mas renunciou. Candidato vivo, astuto, inteligente, mudou de partido para ficar numa situação melhor, segundo os comentários. Possui mais recursos financeiros que o candidato Ronaldo Cunha Lima, pois metade da programação radiofônica está sob seu controle. Sua linguagem não é tão violenta como a de Osmar de Aquino, mas nota-se nele um pouco de esquerdismo" [...] Durante o ano de 1968, enquanto pertenceu a ARENA, votou contra a orientação do Partido Governista em todos os projetos de interesse do Governo Revolucionário (Ass. Parlamentar)¹⁴⁰.

Silvio Pôrto, terceiro *arenista* a ter seu processo de cassação analisado, pertenceu ao PSD, transferindo-se para o PDC junto à Pedro Gondim, e integrou a ARENA do momento da criação da legenda permanecendo até a cassação de seus direitos políticos. Em seu processo também são destacados dois períodos, o primeiro se passa quando esse atuou como secretário de Justiça do governo Gondim, constando as seguintes atividades: a recepção ao deputado estadual de Pernambuco Francisco Julião em sua visita à Paraíba, no qual pronunciou-se favorável às ligas camponesas; assistiu palestras proferidas pelo professor Germano Coelho e pelo deputado federal Josué de Castro sobre o Movimento de Cultura Popular e reforma agrária, respectivamente; acompanhou Luís Carlos Prestes em sua visita à Paraíba, e manteve contato com Jacob Gorender quando esse veio palestrar no estado sobre ligas camponesas e reforma agrária e fez monção ao STF pedindo o registro do PCB; em 1964 é acusado de proteger os camponeses após a “Tragédia de Marí”; é acusado de não se empenhar para expurgar os subversivos e corruptos da administração estadual¹⁴¹.

O segundo momento foi quando desempenhava a função de deputado estadual em mandato iniciado em 1967. Na Assembleia Legislativa, foi líder do governo Estadual nessa instituição, representando os interesses do governador e do regime. Em muitas ocasiões, defendeu o governador das denúncias da oposição em casos como a violenta repressão da Polícia aos estudantes, ou na adaptação da Constituição estadual, ações moldadas aos interesses do governo federal. Ainda assim, há acusações contra Pôrto nesse período: proposição de um

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*.

substitutivo contra artigo que versa sobre interventores municipais¹⁴². Em seu prontuário do SNI consta:

Agitador. Desenvolveu campanha impatriótica de agitação das massas camponesas, particularmente nos municípios de Sape, Rio Tinto, Mamanguape e Guarabira. Foi assistente jurídico das referidas ligas e quando Secretário de Segurança era o introdutor no Palácio de líderes camponeses. - Facilitou a fuga de elementos comunistas. - Ataca sistematicamente as Forças Armadas. Corrupto. Quando Secretário de Segurança, visando fins eleitoreiros, determinou aos seus subordinados que não tomassem providências contra os camponeses, mesmo naqueles conflitos dos quais resultaram mortos e feridos. - Como Presidente da I Comissão de Investigações não se empenhou para expurgar os corruptos e subversivos da administração pública. Comunista. Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas, prestigiou todas as conferências realizadas por comunistas, além de assinar manifestos que pregavam a legalização do PC. Antirevolucionário. Atacou o Exército classificando seus componentes de venais por ocasião da repressão de agitações camponesas em Sapé. Quando Presidente da Comissão Especial de Reforma da Constituição, foi um dos responsáveis pelo substitutivo que continha comentários altamente desairosos à Revolução¹⁴³.

Francisco Souto, de trajetória partidária similar à de Pedro Gondim, foi um dos *arenistas* paraibanos que mais se distanciou do posicionamento de seu partido em relação ao governo ditatorial. Num primeiro momento de suas atividades, quando deputado estadual, na legislatura 1962-1966, destacam-se as seguintes atividades: protestou contra explosões atômicas realizadas por norte-americanos na região nordeste; contribuiu financeiramente para o VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade, evento simpático à ideologia socialista; ajudou em atividades internas no Partido Comunista Brasileiro (PCB), constantemente viajando para São Paulo e Guanabara para manter contato com lideranças comunistas; e dirigiu os trabalhos em um evento realizado na Faculdade de Direito de João Pessoa que contou com a presença de Célia de La Serna Guevara, mãe de Ernesto “Che” Guevara; teve sua esposa nomeada pelo governador Pedro Gondim para funcionária pública estadual; foi indiciado no IPM realizado na cidade de João Pessoa¹⁴⁴

Em um segundo momento, ainda deputado estadual, mas na legislatura iniciada em 1967, constam as seguintes atividades: quando da Comissão de Reforma constitucional, posicionou-se contra a nomeação de interventores municipais; e apoiou o movimento estudantil

¹⁴² *Ibidem.*

¹⁴³ *Ibidem.*

¹⁴⁴ *Ibidem.*

na época dos protestos pela morte do secundarista Edson Luís¹⁴⁵. Em seu prontuário do SNI, consta:

Agitador. Protestou contra as explosões atômicas realizadas por Norte-americanos no Nordeste. - Atuou de forma marcante no movimento estudantil de protesto quando da morte do estudante EDSON LUIZ nas agitações estudantis de 1968. - Comunista ou simpatizante. - Contribuiu com importância em dinheiro para a realização do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade. - Desempenhou tarefas de grande importância no PC. - Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas na Paraíba inclusive com LUIZ CARLOS PRESTES. - Defensor das "Ligas Camponesas". - Participou da mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência da comunista argentina CÉLIA DE LA SERNA DE GUEVARA, em 20 de maio de 1961, na Faculdade de Direito de João Pessoa. Foi um dos que mantiveram contato com o dirigente comunista JACOB GORENDER em JOÃO PESSOA, em 27 de março de 1962. - Assinou manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no "Correio da Paraíba", de 5 de maio de 1963. Documento que caracteriza a orientação comunista do marginado, bem como sua atuação subversiva. - Oportunista. – Eleito Deputado Estadual em 1966 pela ARENA/PB. – Obteve do Governador PEDRO GONDIM a nomeação de sua esposa para um cargo no funcionalismo estadual da PB, Anti-revolucionário, como Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma da Constituição da Paraíba assinou ou melhor, propôs o substitutivo publicado no DO/PB nº 1.304 de 15 de julho de 1966, em que condena enfaticamente o Governo Revolucionário¹⁴⁶.

Contra Robson Espínola, filiado ao PDC e à ARENA subseqüentemente, pesaram acusações de irregularidades administrativas em relação a qualquer tipo de aproximação com ideologias consideradas subversivas, que se sobressaíram no processo de Romeu Abrantes, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, posteriormente, à ARENA. No processo de Espínola consta: que sua nomeação para secretário de Viação e Obras Pública do governo Pedro Gondim, ocorreu devido negociata política, pois ele não teria a mínima condição para exercer o cargo; enquanto foi secretário, mudou completamente seu padrão de vida, adquirindo imóveis, ou favorecendo economicamente terceiros através da influência de seu cargo; e patrocinou transporte de membros das ligas camponesas; assistiu a palestra do deputado Josué de Castro; é considerado autor intelectual de atentados a bombas na casa de adversários políticos em virtude da vitória de João Agripino no pleito de governador em 1965¹⁴⁷.

Em relação a Romeu Abrantes, constam suas atividades enquanto foi procurador substituto do município de Sousa, de 1961 a 1965: ligação com elementos comunistas, como as ligas camponesas naquela cidade e inscrição na Frente Parlamentar nacionalista. Já em sua

¹⁴⁵ *Ibidem.*

¹⁴⁶ *Ibidem.*

¹⁴⁷ *Ibidem.*

atuação como deputado estadual em legislatura iniciada em 1966, destacam-se as seguintes atividades: participação em Comissão Especial do Poder Legislativo, criada para julgar prefeitos, inexplicavelmente, protelava repetidamente os trabalhos iniciais e os estudos do processo em que se achavam envolvidos vários, inclusive o prefeito de João Pessoa, tentando iludir as autoridades militares que estavam vivamente interessadas nesse julgamento¹⁴⁸. Em seus respectivos prontuários SNI constam:

[Robson Espínola] Corrupto. – Empregou desonestamente dinheiros públicos. - Enriqueceu no exercício do cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas da Paraíba. [...] Em jul 61 – Como Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba, foi protagonista de uma negociata administrativa. Ordenou a construção de calçamentos sem concorrência e com diversas irregularidades [...] Em ago 61 – Assistiu conferência proferida pelo Deputado JOSUÉ DE CASTRO, sobre reforma agrária. Em out 61 – Como titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, patrocinou o transporte de camponeses a fim de comparecerem ao "Congresso dos lavradores Paraibanos", que contou com a presença dos defensores das Ligas Camponesas e conhecidos integrantes do PCB. Em out 65 – Com seu beneplácito, foi realizada sem concorrência e sem autorização, a venda de trilhos e bondes das linhas Mandacaru e Tambaú, por preço muito abaixo do normal.

O comprador, homem bastante conhecido nos meios contrabandistas, e muito ligado a sua pessoa. Realizou despesas, por conta dos cofres públicos de sua Secretaria, na campanha eleitoral do Senador JOÃO AGRIPINO FILHO. Quando da vitória do Senador JOÃO AGRIPINO FILHO, foi o autor intelectual dos atentados a bombas de grande e feito moral, contra as residências de seus adversários políticos. - Vendeu uma camioneta pertencente ao patrimônio do Estado, como se fosse de sua propriedade e embolsou o dinheiro da venda.

[Romeu Abrantes] Promotor Substituto. – Ligado a elementos do PSB, comunistas e ligas camponesas na cidade de Souza/PB. - Indiciado no IPM/PB 21, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver subscrito um manifesto da "Frente Parlamentar Nacionalista" (Correio da Paraíba, 5 Mai 63) em que se propõe a contribuir eficazmente para a unidade das forças nacionalistas, aglutinadas em seus órgãos de arregimentação (CGI, UNE, UBES, etc), e intercâmbio com estes organismos. - Quando integrante da Comissão Especial do Poder Legislativo, criada para julgar prefeitos, inexplicavelmente, protelava repetidamente os trabalhos iniciais e os estudos do processo em que se achavam envolvidos vários, inclusive o prefeito de João Pessoa, tentando iludir as autoridades militares que estavam vivamente interessadas nesse julgamento. - Antirevolucionário. - Mantinha relações com elementos subversivos¹⁴⁹.

Contra os *arenistas* paraibanos pesaram acusações de cunho ideológico, vinculação com grupos de esquerda e má conduta no exercício do poder público. Esses são classificados pelo SNI com as terminologias: “corrupto”, “corruptor”, “agitador”, “oportunista” e “comunista”. Na descrição de suas ações, divididas em dois momentos, são mais numerosas as

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

acusações no período anterior ao golpe de 1964. Dessa forma, é possível afirmar que havia vigilância sobre esses indivíduos desde antes dos militares tomarem o poder, e, diante dessa constatação, é necessário indagar: por qual motivo o regime tolerou figuras consideradas nocivas e desviadas por aparelhos de inteligência e repressão? Para responder essa questão é necessário verticalizar na análise da trajetória dos cassados ao longo da ditadura e na organização interna da ARENA, levando em consideração a conjuntura estadual no período recortado.

TRAJETÓRIAS ARENISTAS: O CONTEXTO REGIONAL

Um importante a ser destacado sobre o expurgo dos *arenistas* paraibanos em 1969 é que, excetuando-se Romeu Abrantes, todos os outros cassados têm alguma vinculação institucional com Pedro Gondim, sendo familiares, secretários de seu governo ou membro do mesmo partido ainda no então pluripartidarismo. Ao refazermos a trajetória de Gondim e seus correligionários na ARENA ampliaremos o entendimento do processo histórico que levou ao expurgo desse grupo político.

Ao final da década de 1950 a Paraíba passava por mudanças em seu cenário político. Estado de forte presença do latifúndio na economia e na política, via aumentar da influência de um embrionário setor industrial nessas instancias. Junto a isso, as mudanças no sistema político e eleitoral instauradas em 1945 alteravam a dinâmica da relação entre o eleitorado e tradicionais lideranças políticas, as quais precisavam ir além das arcaicas práticas de manipulação do eleitorado. Nesse sistema democrático, era preciso um esforço maior de candidatos e governantes para conquistar a simpatia e o voto do eleitor. Nessa conjuntura, novas lideranças ganhavam espaço na política estadual, entre elas, Pedro Gondim (PSD). Eleito vice-governador em 1955, em chapa encabeçada por Flaviano Ribeiro Coutinho (UDN). Contudo, em 1958, Ribeiro Coutinho afasta-se do cargo por motivos de saúde, levando Gondim a assumir o governo interinamente. Enquanto esteve à frente do Estado, Gondim mostrou habilidade em dialogar com a classe trabalhadora, intercedendo em favor dos empregados nas disputas entre sindicatos e patrões, essa postura fez crescer entre a população um sentimento favorável à sua candidatura ao governo do Estado¹⁵⁰.

¹⁵⁰ CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998, p. 95.

Para formalizar sua candidatura ao governo estadual em 1960, Gondim abandona seu cargo de interino e passa a negociar dentro de seu partido a viabilidade da indicação de seu nome. Porém, existia um acordo no interior do PSD, no qual Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro, principal chefe político da legenda, seria o candidato, numa coligação com o PTB. Diante desse impasse, Gondim decide, junto ao seu grupo político, deixar o PSD e filiar-se, junto com seus correligionários, ao PDC, no qual sai candidato com o apoio da UDN, partido mergulhado em uma crise interna que a impossibilitava de lançar candidato próprio. Coligado à UDN e com a simpatia dos trabalhadores organizados, Gondim vence no pleito de 1960.

Ao longo de todo seu mandato, Pedro Gondim viveu “entre a cruz e a espada”, tentando governar para a população que o elegeu, mas vigiado e pressionado por seus novos correligionários *udenistas*, representantes dos mais reacionários setores da sociedade paraibana. Nos primeiros anos seu governo, houve a expansão e fortalecimento dos movimentos progressistas de base, como sindicatos urbanos, organizações de estudantes e, em especial, as ligas camponesas. Recortando nossa análise para o ano de 1964, dois eventos marcam o deslocamento de Gondim da posição de negociador entre os grupos progressistas e reacionários, para firmar posição ao lado dos últimos: a “Tragédia de Marí” e a “Invasão da Faculdade de Direito”. Ambos os eventos refletem a polarização política nacional marcada pela proposta das reformas de base de João Goulart, o *Jango*, que desencadeou no golpe de 1964.

As análises sobre o golpe de 1964 na Paraíba mostram que a deposição de *Jango* pegou Pedro Gondim de surpresa¹⁵¹. Apesar de sua sintonia com os grupos conservadores, o governador não participara das articulações golpistas no estado. Sua equipe de governo estava dividida, parte do seu secretariado era a favor das causas trabalhistas e outra parte defendia o rompimento ideológico com o presidente deposto. Gondim só tomou posição um dia depois do golpe, após reunião com membros do governo estadual e seus correligionários, ele decide aderir ao movimento por avalia-lo como algo irreversível. Em sua tomada de posição, Gondim legitimou o golpe de 1964, desempenhando papel decisivo nos rumos políticos locais nos

¹⁵¹ CITTADINO, Monique. “Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo”. In DANTAS, Eder; Nunes, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-33. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação. In DANTAS, Eder; Nunes, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-119.

primeiros anos do novo regime. Com ajuda do deputado federal Antônio Vital do Rêgo (UDN) e de seu secretário Silvio Porto (PDC), Gondim elabora uma nota, na qual afirma:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional. O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos¹⁵².

Logo após o golpe, seu principal compromisso político foram as eleições para governador em 1965¹⁵³. Na Paraíba a disputa polarizou-se entre as coligações PSD-PTB contra UDN-PDC, nessa última haveria uma inversão: a UDN encabeçaria a chapa com João Agripino candidato a governador, tendo como vice Sílvio Porto, indicado do PDC por Gondim. Dessa composição surgiu a primeira desavença entre Gondim e o grupo que formaria a ARENA paraibana. Pressionado por setores da UDN, que julgavam necessária a indicação de uma figura política forte na cidade de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado, Agripino decide trocar seu candidato a vice, sai o *gondinista* Sílvio Porto, entra o industrial, *udenista* e campinense Severino Cabral¹⁵⁴.

Logo após a eleição, vencida por João Agripino, o regime decreta o AI-2, o qual tinha como principais medidas a transferência de poderes do Legislativo e Judiciário para o Executivo e a extinção dos partidos políticos. Sobre o decreto autoritário, o primeiro a se manifestar na Paraíba foi o ainda governador Pedro Gondim, telegrafando nota de apoio ao ministro da

¹⁵² GONDIM *apud* NUNES, “Golpe civil...” 2014, p. 91.

¹⁵³ Nesse ano ocorreram pleitos diretos para governador nos estados de: Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Norte.

¹⁵⁴ Correio da Paraíba, 11 de jun. de 1965, p. 8; MADRUGA, Correio da Paraíba, 17 de jul. de 1965, p. 3.

Justiça, Juracy Magalhães, e ao presidente Castelo Branco expressando solidariedade àquela medida:

Agora [...] não deve a Paraíba negar a sua solidariedade e apoio a Vossa Excelência e ao seu Governo, precisamente quando nossa pátria, mais do que nunca, necessita de um clima de ordem e tranquilidade para garantir a marcha de seu desenvolvimento, missão tão bem compreendida e executada pelo patriotismo de Vossa Excelência. É oportuno aduzir que reina em todo o território paraibano absoluta ordem¹⁵⁵.

Essa nota, assim como as principais manifestações de Gondim ao longo do movimento de 1964 e do recém instaurado regime militar, demonstram seu alinhamento com o conservadorismo que influenciava a conjuntura política da época. Gondim, em seus cálculos políticos, tinha noção de que para sobreviver às turbulências de 1964 era preciso afastar-se dos setores progressistas e continuar sua estratégia de conciliação com a UDN e com os militares. Na ARENA, Gondim moderou a conciliação com o cumprimento de suas responsabilidades como chefe de uma facção interna da legenda e a defesa de seus ideais políticos em um regime autoritário.

Quase um mês após decretado o AI-2, o regime baixa o Ato Complementar nº 4 (AC-4), documento composto pelas diretrizes para a formação dos novos partidos. Sua principal instrução era que o bipartidarismo seria novo sistema partidário brasileiro, alterando a dinâmica das oligarquias com o sistema partidário. Como governador eleito, João Agripino foi designado pelo presidente Castelo Branco para articular a formação do Diretório Regional da ARENA. A escolha foi parte de uma manobra política que tinha como objetivo fazer com que o partido do regime fosse situação em todos os estados. Com isso, Agripino trouxe para a ARENA os grupos políticos que o apoiaram na eleição de 1965, somando-se aos dissidentes da chapa oposicionista, que ingressaram no partido governista mantendo-se alheios ao governo estadual. Em relação aos egressos vale um destaque: Ruy Carneiro, apoiador do golpe de 1964, rejeita seu ingresso na ARENA, não em função dessa estar sob a liderança de seu rival eleitoral ou desavenças com o regime, mas pela presença de Pedro Gondim no partido. Para ele, Gondim cometera um ato de traição ao deixar o PSD para se candidatar ao governo do estado em 1960.

Assim, ARENA paraibana é composta em duas subdivisões: na ARENA-1 integraram todas as oligarquias apoiadoras da candidatura de João Agripino, a qual era integrada ainda

¹⁵⁵ O Norte, 28 de out. de 1965, p. 8.

pelas lideranças estaduais de Pedro Gondim e Ernani Sátiro, este, egresso da UDN, partido no qual dividia a liderança com Agripino; e a ARENA-2 foi composta pelos egressos da chapa derrotada, tendo como liderança o deputado federal *ex-pessedista* Teotônio Neto.

Essa posição de destaque de Pedro Gondim na ARENA o motivara a aspirar posições mais altas, como a indicação para a disputa ao cargo de senador pelo partido em 1966. Além disso, Gondim avaliava a viabilidade de sua candidatura em função da sua popularidade nas ocasiões em que assumiu o cargo de governador eleito, junto a uma prática que ele considerou como “tradição política”. Nela o governador eleito em um pleito deve ajudar seu antecessor na disputa do cargo de senador no pleito subsequente. O próprio Gondim explicou a situação em entrevista:

Em nenhuma oportunidade, fui candidato de mim mesmo. A sugestão do meu nome nasceu nas ruas, dentro da memorável campanha [para governador em 1960]. Cresceu na convivência interpartidária e devotamento extremo à causa pública e às forças que me apoiaram e elegeram. [...] Tudo isso, naturalmente, coadjuvado tradição de o governador eleito no mesmo sistema político contribuir para levar ao Senado o seu antecessor¹⁵⁶.

Contudo, Pedro Gondim encontrou um empecilho para a confirmação de sua candidatura: o interesse de Ernani Sátiro em ser o candidato. O partido chegou a cogitar lançar as duas candidaturas, através do mecanismo das sublegendas¹⁵⁷, a qual ele rejeitou, por acreditar que, nessa via, poderia acabar servindo de “escada” para outro candidato do partido vencer as eleições. Ele então retira sua candidatura ao Senado e passa a disputar o cargo de deputado federal¹⁵⁸. Posteriormente, Sátiro faz o mesmo caminho de Gondim, em virtude da não coesão do partido em torno de seu nome¹⁵⁹. Aluísio Afonso Campos é lançado pela ARENA ao Senado, mas acaba derrotado por Ruy Carneiro, candidato do MDB. Posteriormente, em entrevista,

¹⁵⁶ Correio da Paraíba, 22 de mar. De 1966, p. 8.

¹⁵⁷ Jairo Nicolau explica como ocorriam as eleições em caso de sublegendas: em uma determinada disputa eleitoral concorrem três candidatos da Arena (A, B e C) divididos em sublegendas e um único candidato do MDB (D). Os três candidatos da Arena obtêm a seguinte votação: A – quinhentos votos, B – trezentos, C – duzentos. O candidato do MDB, D – novecentos votos. O somatório dos votos da Arena é de mil votos, superando a votação do *emedebista*. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela Arena seria eleito. NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012, p. 108.

¹⁵⁸ Diário da Borborema, 24 de ago. de 1966, p. 8.

¹⁵⁹ O Norte, 18 de set. de 1966, p. 8.

Campos justifica sua derrota à conduta de Gondim e Sátiro em não colaborar com sua campanha em represália ao partido¹⁶⁰.

Na eleição para a Câmara Federal, Pedro Gondim sai vitorioso como terceiro candidato mais votado da bancada paraibana, sendo o *arenista* mais votado no estado. No período em que atuou como deputado federal, Gondim precisou lidar com problemas referentes à organização interna do partido, queixas de seus correligionários em relação ao governo do Estado, os quais reclamavam que João Agripino estaria alijando-os de cargos, decisões e projetos políticos¹⁶¹. Diante desse impasse, Gondim interviu no conflito, por meio de reunião entre o governador e os *gondinistas*, nela estava em pauta um possível rompimento entre as partes, contudo, sua ação mediadora resultou num apaziguamento dos ânimos, confirmados em nota expedida pelas lideranças *gondinistas*:

Os componentes do antigo Partido Democrata Cristão e outros companheiros aliados do sistema hoje nos reunimos na residência do Deputado Robson Espínola, depois de amplos debates a respeito da atualidade da política brasileira e paraibana, e tendo em vista os entendimentos preliminares mantidos pelos Deputados Pedro Gondim e Vital do Rêgo em Brasília, com o Governador João Agripino, resolveram autorizar os referidos parlamentares a prosseguirem e concluírem aquelas conversações, o que se verificará nesta cidade tão logo regresse o governador do Estado, também com a participação do Deputado Sílvio Porto. Por outro lado, os presentes, indiscrepantemente, votaram monção de absoluta coesão e mútua confiança¹⁶².

Em meio a essas disputas internas na ARENA, surgia no país a Frente Ampla, um movimento político que pretendia agregar lideranças políticas e estabelecer diálogo com a sociedade civil, mobilizando-os contra a ditadura. A vinculação de Pedro Gondim ao movimento logo foi indicada, mas imediatamente desmentida¹⁶³. E, se por um lado, era negada sua desvinculação da ARENA, por outro, seus correligionários moviam-se para criar uma sublegenda própria, a ARENA-3, nos moldes da montada pelos *ex-pessedistas*. A sublegenda não chegou a ser oficializada, pois não houve tempo ágil para cumprimento dos requisitos necessários para a formalização.

Outro evento que influenciou no afastamento de Pedro Gondim do núcleo dirigente da ARENA foi a eleição para prefeito de Campina Grande em 1968. Apesar de não estar envolvido

¹⁶⁰ Entrevista: Aluísio Afonso Campos. Acervo NIDHR, 1977, p. 148.

¹⁶¹ O Norte, 20 de jan. de 1967, p. 8; Correio da Paraíba, 22 de jan. de 1967, p. 12.

¹⁶² O Norte, 22 de mar. de 1967, p. 8.

¹⁶³ O Norte, 6 de set. de 1967, p. 8.

diretamente naquele pleito, um de seus principais correligionários, Vital do Rêgo, disputava com Severino Cabral a indicação de seu nome como candidato da ARENA. Além deles, tinha intenção de disputa o pleito o *emedebista* Ronaldo Cunha Lima. O impasse dentro da ARENA levou João Agripino a organizar uma manobra chamada “pacificação política”. Junto com Argemiro de Figueiredo, liderança do MDB campinense, e com o apoio da classe empresarial local, Agripino almejava a união entre os partidos para oficialização de uma chapa conciliadora. A “pacificação política” era um recurso para esquivar o embate eleitoral, poupando os partidos políticos da disputa, no intuito dos candidatos preservarem-se de uma campanha na qual disputariam o eleitorado apresentando ideias políticas aperfeiçoadas. Ela inviabiliza a renovação, representa a continuidade dos mesmos estratos sociais na máquina estatal e a permanência de projeto político elitista, negando ao povo o direito de escolher seus representantes¹⁶⁴.

Tal manobra foi rechaçada por todos os candidatos envolvidos, sendo logo superada¹⁶⁵. Ao longo das negociações políticas, Vital do Rêgo sentiu-se prejudicado dentro da ARENA por João Agripino, decidindo desvincular-se do partido e se lançar candidato por uma sublegenda do MDB¹⁶⁶. Tal decisão atingia diretamente em Pedro Gondim, haja visto que Vital era um dos principais membros de sua facção política na ARENA. Em entrevista, Gondim afirmou não ter participação nesta decisão, porém, negou a possibilidade de quebra do compromisso com seu aliado político em função deste encontrar-se no partido rival. Ele declarou que estava disposto a participar da campanha de Vital pelo MDB, estando presente em todos os eventos: “*Nada me levaria a renunciar um compromisso já firmado com um companheiro*”¹⁶⁷. Apesar dessa atitude, Gondim afirmou que não deixaria a ARENA, tão pouco hostilizaria seu partido. Disse esperar da legenda compreensão da sua posição, e, se julgarem necessário, que apliquem as devidas punições, mesmo que isso signifique a expulsão do partido: “*Eu é que não pedirei para sair da ARENA, mas se ela quiser me expulsar que o faça*”¹⁶⁸. Vital do Rêgo não consagra-se vitorioso naquele pleito, porém, sua atitude e a de Pedro Gondim são cruciais no processo de

¹⁶⁴ O Norte, 26 de jun. de 1968, p. 8.

¹⁶⁵ O Norte, 2 de ago. de 1968, p. 8.

¹⁶⁶ O Norte, 15 de set. de 1968, p. 8.

¹⁶⁷ RODRIGUES. O Norte, 29 de set, de 1968 p. 2.

¹⁶⁸ Correio da Paraíba, 25 de set. de 1968, p. 8.

afastamento da ala gondinista com as lideranças partidárias e com o regime. Meses depois dessa decisão, o governo acaba por cassar os principais membros daquele grupo político.

CONCLUSÃO

A relação entre a ditadura e as instituições liberais é complexa e pode ser interpretada de maneira diversa a partir do período ou do recorte espacial analisado. Quando analisamos a cassação dos membros da ARENA paraibana em 1969 percebemos a tolerância do regime com personalidades políticas com histórico político pouco identificado pelo regime: vinculação com indivíduos e instituições consideradas “subversivas” pelos aparelhos de repressão. Apesar ciência dos órgãos de inteligência de sua atuação “subversiva”, é preciso destacar as especificidades do contexto regional. Não se pode perder de vista as alianças políticas estabelecidas entre os *arenistas* cassados e grandes lideranças políticas atreladas ao regime. Essas relações podem ter sido importantes fatores explicativos para tolerância da ditadura com personalidades consideradas “subversivas” por aquele regime autoritário.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M^a Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2004.
- CITTADINO, Monique. *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998, p. 95.
- _____. “**Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo**”. In DANTAS, Eder; Nunes, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 13-33.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: perspectiva, 2002.
- _____. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012, p. 108.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação**. In DANTAS, Eder; Nunes, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: memória e construção da cidadania*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 78-119.

WEFFORT, Francisco. **Jornais são partidos?** In: *Lua Nova*. São Paulo, nº2, 1984.

FONTES

Jornais:

A União

Correio da Paraíba

Diário da Borborema

O Norte

Documentos:

Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional.